



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**17 de maio**  
**de 2021**

# Delegado é investigado por corrupção passiva e abuso de autoridade em Barra do Corda

O delegado Renilto Ferreira e o diretor da Unidade de Prisional de Ressocialização, Genilson Pinto Ribeiro, ambos de Barra do Corda, estão sendo investigados por supostos crimes de corrupção passiva e abuso de autoridade.

As investigações estão em andamento na 1ª Promotoria de Justiça de Barra do Corda sob a responsabilidade do titular Guaracy Martins Figueiredo.

Segundo as informações publicadas pelo **Ministério Público**, foi aberto um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) contra o delegado regional e diretor da UPR após denúncias de que ambos estariam praticando abuso de autoridade contra Francisco Pereira de Oliveira, vulgo Chuluca, preso por homicídio qualificado em 2019 durante uma megaoperação da Polícia Civil.

Francisco Oliveira também está sendo investigado no mesmo processo por corrupção ativa e usura.

O caso que está sendo apurado ocorreu em 18 de fevereiro de 2020 na Unidade Prisional e de Ressocialização de Barra do Corda, de acordo com os relatos do MP.

A Secretária Judicial 1ª Vara de Barra do Corda, Ivanilde Carvalho Garreto de Sousa, e o advogado Gedson Campos Lobo, foram intimados a depor na sede da 1ª PJBC para esclarecer os fatos narrados.

No documento, não há informações sobre quando ocorrerão as oitivas do delegado regional Renilto Ferreira e do diretor Genilson Ribeiro.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

**<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/05/delegado-e-diretor-da-upr-sao-investigados-por-corrupcao-passiva-em-barra-do-corda/>**

# Vacinação: Deputado Yglésio coloca sob suspeita laudos sobre comorbidade e cobra do MPE celeridade na apuração das denúncias

*Jorge Vieira*

Médio praticante, o deputado Yglésio Moisés (PROS) cobra do **Ministério Público** Estadual celeridade no processo de apuração das denúncia sobre suposto derrame de atestados de comorbidade para pessoas furarem a fila da **vacinação** contra a Covid-19.

Segundo a denúncia recebida através da social do parlamentar, pessoas sem comorbidade estariam comprando laudos para terem acesso ao imunizante para não submeterem a fila.

"Recebi a denúncia em minha rede social, encaminhei ofício ao **Ministério Público** e espero que seja dada início às investigações, pois a gente já observa que pessoas sem comorbidade estão tendo acesso a laudos de profissionais que podem estar fazendo isso por gesto de amizade", observa Yglésio.

Em discurso no plenário da Assembleia Legislativa, semana passada, Yglésio, que acompanha o processo de **vacinação** desde o início da pandemia denunciou que existem indícios de fraude em carimbos para validar laudos.

"Tem muita gente que vai ao site do CRM, pega o nome do profissional, o número do CRM, vai num carimbeiro, paga 20, 30 reais e consegue fazer um laudo falso", adverte o deputado. Ele recomenda que a Prefeitura de **São Luís** tenha muito cuidado ao avaliar esses laudos.

No ofício encaminhado ao MPE, Yglésio Moisés solicita que sejam investigadas possíveis fraudes na **vacinação** do público com comorbidades, alerta que são muitas as denúncias de "laudos comprados" e pede o combate a esse tipo de crime.

O parlamentar solicita ainda que sejam tomadas providências para apurar a denúncia, seguido critérios definidos pelo Plano Nacional de Operacionalização da **Vacinação** contra a Covid-19 além da fiscalização da veracidade de informações contidas nos laudos

**Site: <https://www.blogjorgevieira.com/vacinacao-deputado-yglesio-coloca-sob-suspeita-laudos-sobre-comorbidade-e-cobra-do-mpe-celeridade-na-apuracao-das-denuncias/>**

# ANAJATUBA: Ex-prefeito Sydnei deixa dívida milionária de mais de 13 milhões de reais para seu sucessor

De acordo com informações e documentos que tivemos acessos, o ex-Prefeito Sydnei deixou uma dívida para nova gestão de mais de 13 milhões de reais só com encargos previdenciários .

Qualificada como uma gestão completamente irresponsável e, acima de tudo, desastrosa, o ex-gestor comprometeu as finanças da prefeitura pelos próximos 20 anos, período estimado para que a administração municipal quite a dí vida por completo.

As consequências da administração irresponsável do ex-prefeito não são apenas um saldo devedor de mais de treze milhões , mas o efeito que isso vai causar na maioria dos servidores públicos, efetivos e com issionados na hora de aposentar.

Muitos dos servidores municipais não tiveram os seus tributos, como o INSS recolhidos. Já inúmeros outros, que tiveram o imposto recolhido pela prefeitura, também terão problema, uma vez que o ex-prefeito não repassou esse imposto para a previdência.

Nos documentos levantados, o que mais chama a atenção , é a data do vencimento, ainda na gestão de Sydnei Pereira, mas sem que honrasse com o pagamento.

De acordo com especialistas ouvidos pelo blog , o ex-prefeito poderá ser responsabilizado judicialmente pela dívida , além de responder por ato de **improbidade administrativa** e crime de apropriação indébita previdenciária, considerando que houve ram os descontos da cota-parte dos servidores sem o devido repasse ao órgão previdenciária competente.

Agora cabe ao **Ministério Público** investigar onde foi parar o dinheiro dos servidores .

Será que o "gato comeu"?

**Site:** <https://www.domingoscosta.com.br/anajatuba-ex-prefeito-sydnei-deixa-divida-milionaria-de-mais-de-13-milhoes-de-reais-para-seu-sucessor/>

# Investigado por suspeita de direcionamento, Clayton Noleto, da Sinfra, contratou R\$ 2,358 bilhões (Política)

**Yuri Almeida**

Alvo de investigação instaurada pela PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça) do Maranhão, o secretário estadual de Infraestrutura, Clayton Noleto Silva, contratou R\$ 2,358 bilhões entre 2015 e 2020, período alvo do procedimento investigatório criminal.

Tabulado pelo ATUAL7 a partir de dados do Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública, o Sacop, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o valor corresponde a contratos e aditivos do recorte temporal, e tende a ser ainda maior, já que a pasta deixou de informar à corte todas os acordos firmados no intervalo, em flagrante falta de transparência.

Filiado ao PCdoB, Noleto comanda a Sinfra desde início do primeiro governo de Flávio Dino (PCdoB), e tenta firmar liderança política em Imperatriz, segunda cidade maior e mais populosa do Maranhão. Procurado, ele não retornou as tentativas de contato.

Dos dados informados ao TCE maranhense, o Sacop mostra que houve ao menos 305 contratos celebrados nos seis anos alvo da investigação, a maioria em 2017, ano pré-eleitoral, o total de 164.

Sigilosa, a apuração foi aberta em março passado, sob condução do promotor Danilo José de Castro Ferreira, coordenador do Núcleo de Assessoria Especial de Investigação da PGJ, responsável por investigação de possíveis atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa da função.

O setor tem a incumbência, dada pelo chefe do **Ministério Público** maranhense, o procurador-geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, de realizar investigações e diligências necessárias para embasar processos criminais que envolvem pessoas com prerrogativa de foro, como é o caso ostentado por Noleto, por ser secretário do Estado do Maranhão.

O prazo para conclusão dos levantamentos é de 90 dias, mas pode haver prorrogação, se fundamentada.

O PIC (Procedimento Investigatório Criminal) tem

como finalidade apurar a ocorrência de delitos penais de natureza pública, e serve como preparação e embasamento para propositura ou não de ação penal. Durante a apuração, o **Ministério Público** pode requisitar buscas e apreensões, cumprimento de mandados de prisão preventiva ou temporária e realizar oitivas para colheita de informações e esclarecimentos.

**Site:**

<https://atual7.com/noticias/politica/2021/05/investigado-por-suspeita-de-direcionamento-clayton-noleto-da-sinfra-contratou-r-2358-bilhoes/>

# MPMA e OAB discutem exercício da advocacia municipalista

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na manhã desta sexta-feira, 14, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), incluindo o presidente Thiago Diaz e o tesoureiro Kaio Saraiva, além do presidente da Comissão de Direito Municipal, Abdon Marinho, e de advogados integrantes da entidade. O motivo da visita foi discutir implicações da inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação de advogados ou escritórios de advocacia por administrações municipais ou entes públicos.

Do **MPMA**, também participou da reunião o **promotor de justiça** Ednarg Marques (diretor da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça).

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, apesar das previsões legais, ainda há controvérsias em diversas jurisdições do país, que levam advogados contratados pela administração pública a sofrerem condenações por **improbidade administrativa**. "O que buscamos é a uniformização do entendimento da questão para os advogados exercerem o seu trabalho com segurança jurídica", afirmou Thiago Diaz.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse que a instituição vai analisar o caso com o intuito de obter um entendimento mais homogêneo da questão. "O **Ministério Público** vai chegar a um consenso para definir em quais circunstâncias a contratação sem licitação de advogados pelos municípios é regular e quando não é", enfatizou.

Complementando a afirmação do chefe do **MPMA**, o **promotor de justiça** Ednarg Marques informou que o setor da Assessoria Técnica da PGJ já tem analisado os casos que envolvem contratações de advogados e que, em breve, vai elaborar uma nota técnica com o objetivo de uniformizar o entendimento e dirimir dúvidas dos promotores de justiça sobre a questão.

## INEXIGIBILIDADE

O artigo 25 da Lei 8.666/1993 (Lei das Licitações) prevê que o procedimento é inexigível quando houver inviabilidade de competição. Uma das hipóteses dessa inviabilidade é a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, conforme dispõe o inciso II do artigo 25. Entre tais serviços técnicos estão "patrocínio

ou defesa de causas judiciais ou administrativas (inciso V, também do artigo 13).

Na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 45), o Supremo Tribunal Federal (STF) já tem maioria para permitir a inexigibilidade de licitação para contratação de advogados por entes públicos, desde que sejam respeitados os princípios constitucionais que incidem na matéria, entre os quais a moralidade, a impessoalidade e a eficiência.

## PUBLICIDADE

**Site:**

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=17517>

# LEGISLAÇÃO AMBIENTAL - JURISTAS DISCUTEM POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ESTÍMULOS LEGAIS EM ESCUA PÚBLICA

A comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), realizou, na tarde de quinta-feira (13), a segunda escuta pública para a elaboração de propostas visando à revisão do Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Com o tema "Política Estadual de Resíduos Sólidos e Estímulos Legais", a reunião online foi transmitida, ao vivo, pelo canal da TV Assembleia, no YouTube (TV Assembleia MA).

O presidente da Comissão, **promotor de Justiça** Fernando Barreto, abriu os trabalhos falando sobre a escuta pública. "Esta é uma comissão de estudos que visa construir modelos e sugestões a serem oferecidos para um futuro processo legislativo. Entretanto, entendemos que os estudos serão enriquecidos com a colaboração de diversos setores da sociedade".

Em seguida, o advogado Sálvio Dino Jr., relator da Comissão, pontuou o principal desafio para atualizar o Código de Proteção Estadual do Meio Ambiente, que já existe há 29 anos. "É um trabalho hercúleo porque muitos anos se passaram e, agora, nós temos a incumbência, dada pelo presidente Othelino Neto, de buscar uma modernização com vistas a uma maior proteção e compatibilidade ao código, levando-se em conta os desafios do mundo contemporâneo", enfatizou.

A mediadora da reunião, advogada Isabella Pearce, destacou o objetivo da escuta pública. "Estamos ouvindo interessados em resíduos sólidos e outros temas que podem ser promovidos por meio de estímulos legais, uma forma de fomentarmos melhores práticas ambientais e tecnológicas", disse.

A comissão, formada por 13 membros, entre eles representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; do **Ministério Público**, OAB/MA e sociedade civil, ouviu também especialistas da área ambiental.

IPTU Verde, Estacionamento Verde e Energia Solar foram outros subtemas abordados na discussão. O engenheiro ambiental Francesco Serrato discorreu, entre outros pontos, sobre resíduos sólidos. Ele sugeriu a criação de metas para a coleta seletiva. "Atualmente, o empreendedor contrata uma empresa para se livrar dos resíduos ao menor custo. Então, o que falta para avançarmos no estado? É criar metas de coleta seletiva em nível estadual, que devem ser cumpridas pelos municípios. As empresas que não atingirem deverão ser multadas. A comissão terá um prazo de 180 dias, quando serão realizadas cinco escutas públicas para a elaboração da minuta de um anteprojeto de lei e atualização da legislação ambiental que, no Maranhão, é regulamentada pela Lei Estadual 5.405/92, a qual, desde então, não sofreu revisão. Após concluído, o estudo será entregue à Assembleia Legislativa para análise do Parlamento. A terceira escuta pública está marcada para a próxima quinta-feira (20), às 16h30.

## PUBLICIDADE

### Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=17505>

## SUGESTÕES



# Ygiésio solicita investigação sobre o processo de vacinação em São Luís

Com a chegada de **vacinas** para pessoas com comorbidades em **São Luís**, acendeu-se um novo alerta, segundo o deputado Dr. Ygiésio Moyses: pessoas sem comorbidades estariam apresentando laudos comprados para terem acesso à **vacina** contra a **Covid-19**.

Durante a sessão plenária de quarta-feira (12), o deputado afirmou que recebeu denúncias sobre o caso por meio de suas redes sociais. Ele disse que, caso fossem confirmados os indícios, encaminharia denúncia ao **Ministério Público**.

"A gente já começa a observar que pessoas que não têm comorbidades estão tendo acesso a laudos de profissionais que estão se submetendo a isso por um evento de amizade. Já recebemos uma série de denúncias com esses indícios e já começamos a apurar. Em caso de haver indícios sérios de fraude, vamos encaminhar para o **Ministério público**", disse.

Ygiésio também apontou indícios de fraude no uso de carimbos para "validar" os documentos apresentados. "Há também fraudadores de carimbo. Tem muita gente que vai no site do CRM, pega o nome do profissional, o número do CRM, vai num carimbeiro. paga 20. 30 reais e consegue fazer um laudo falso. E necessário que as prefeituras, e a Prefeitura de **São Luís**, principalmente, que é a maior vacinadora no **Maranhão**, tenha absoluto cuidado e critério", frisou.

Ofício O parlamentar comunicou o **Ministério Público**, por meio de ofício enviado ao Dr. Eduardo Nicolau, procurador geral de Justiça, solicitando a devida apuração das irregularidades.

"Enviamos um ofício para o procurador geral de Justiça. Dr Eduardo Nicolau, a fim de investigar e combater possíveis fraudes na **vacinação** do público com comorbidades São muitas denúncias de laudos comprados. Vamos continuar combatendo esse tipo de crime", disse.

No documento enviado. Ygiésio solicita que sejam tomadas providências internas para apurar a denúncia, seguindo critérios definidos no Plano Nacional de Operacionalização da **Vacinação** contra a **Covid-19**, além da fiscalização da veracidade de informações contidas nos laudos.

O deputado é autor do Projeto de Lei 050/2021, que pune os fura-filas da **vacinação**, aplicando multas que podem chegar a RS 40 mil. O projeto já foi aprovado na Assembleia Legislativa e aguarda sanção do Governo do Estado. No início da **vacinação**, ele também alertou sobre fraudes no processo de imunização, fazendo com que o **Ministério Público** investigasse mais de 40 casos em todo o Estado.

**Site:** <https://issuu.pdf-downloader.com/print.php?documentId=210515235546-f1a510891e02adfe0c54d1b4a6e55bef&count=10>

# Câmara retomará debate sobre o Plano Diretor

São Luís - O vereador Astro de Ogum (PCdoB) foi oficializado como novo presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana**, Regulação Fundiária e Ocupação do Solo Urbano da Câmara de São Luís, para o biênio 2021-2022. Durante a posse, o parlamentar afirmou que os vereadores da capital maranhense devem retomar as discussões sobre o Plano Diretor de São Luís.

"A nossa prioridade agora será trabalhar a mil por hora, se Deus quiser, para recomeçar o quanto antes o debate sobre a ocupação do solo urbano à luz do projeto do novo Plano Diretor desta cidade", declarou o parlamentar.

Astro foi eleito em votação unânime para presidir a Comissão, o decano no parlamento ludovicense anunciou que, a partir de agora, irá conduzir a retomada das discussões sobre o Plano Diretor da Cidade de São Luís.

O vereador agradeceu o apoio dos colegas, inclusive do presidente da Casa, Osmar Filho, que o indicaram para presidir a Comissão. Além de Astro de Ogum, agora compõem a Comissão de **Mobilidade Urbana** os vereadores Octávio Soeiro (Podemos), Aldir Júnior (PL), Paulo Victor (PCdoB) e Ribeiro Neto (PMN). O vereador Francisco Chaguinhas (Podemos) é o suplente da Comissão.

As pautas de reuniões da Comissão ainda não foram definidas mas, segundo o parlamentar, já há um consenso para que a agenda de trabalho tenha como foco principal a discussão sobre questões pendentes do novo Plano Diretor, que vêm se arrastando desde a legislatura passada.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/05/17/camara-retomara-debate-sobre-o-plano-diretor/>

# Thiago Diaz e Kaio Saraiva debatem advocacia municipalista

**Marco Aurélio D Eça**

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu na sexta-feira, 14, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), incluindo o presidente Thiago Diaz e o tesoureiro Kaio Saraiva, além do presidente da Comissão de Direito Municipal, Abdon Marinho, e de advogados integrantes da entidade. O motivo da visita foi discutir implicações da inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação de advogados ou escritórios de advocacia por administrações municipais ou entes públicos.

Do **MPMA**, também participou da reunião o **promotor de justiça** Ednarg Marques (diretor da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça).

Para a Ordem dos Advogados do Brasil, apesar das previsões legais, ainda há controvérsias em diversas jurisdições do país, que levam advogados contratados pela administração pública a sofrerem condenações por **improbidade administrativa**. "O que buscamos é a uniformização do entendimento da questão para os advogados exercerem o seu trabalho com segurança jurídica", afirmou Thiago Diaz.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, disse que a instituição vai analisar o caso com o intuito de obter um entendimento mais homogêneo da questão. "O **Ministério Público** vai chegar a um consenso para definir em quais circunstâncias a contratação sem licitação de advogados pelos municípios é regular e quando não é", enfatizou.

Complementando a afirmação do chefe do **MPMA**, o **promotor de justiça** Ednarg Marques informou que o setor da Assessoria Técnica da PGJ já tem analisado os casos que envolvem contratações de advogados e que, em breve, vai elaborar uma nota técnica com o objetivo de uniformizar o entendimento e dirimir dúvidas dos promotores de justiça sobre a questão.

## INEXIGIBILIDADE

O artigo 25 da Lei 8.666/1993 (Lei das Licitações) prevê que o procedimento é inexigível quando houver inviabilidade de competição. Uma das hipóteses dessa inviabilidade é a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, conforme dispõe o inciso II do

artigo 25. Entre tais serviços técnicos estão "patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas" (inciso V, também do artigo 13).

Na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 45), o Supremo Tribunal Federal (STF) já tem maioria para permitir a inexigibilidade de licitação para contratação de advogados por entes públicos, desde que sejam respeitados os princípios constitucionais que incidem na matéria, entre os quais a moralidade, a impessoalidade e a eficiência.

**Site:**

<https://www.marcoareliodeca.com.br/2021/05/17/thiago-diaz-e-kaio-saraiva-debatem-advocacia-municipalista/>

# Cidade de Arari decreta lockdown até dia 27

## **SAMARTONY MARTINS**

Com 675 casos confirmados e 24 óbitos em decorrência da Covid-19, a prefeitura de Arari decretou o bloqueio total das atividades em dias específicos em combate à transmissão do novo coronavírus no município, em exceção aos estabelecimentos da área da saúde, como farmácias, clínicas médicas entre outros. A medida começou a valer na cidade na última quinta-feira (13) e estará em vigor até o dia (27).

No mês de abril, o prefeito Rui Filho adquiriu cinco respiradores junto ao Ministério da Saúde, para reforçar o atendimento e o tratamento de pacientes infectados pelo novo Coronavírus. Os equipamentos de ventilação mecânica já foram entregues ao Hospital Municipal Jorge Oliveira à disposição da unidade de saúde. "Estes são equipamentos muito importantes para o município, pois salvará muitas vidas. É uma boa iniciativa da gestão municipal, que atenderá a população não apenas durante a pandemia e em casos de Covid-19, mas que melhorará o atendimento em saúde de forma permanente", comentou o médico Rodrigo Vilarinho. Na época a secretária de Saúde de Arari, Rosário Abas, também falou a respeito da aquisição. "É com muita alegria que recebemos esses equipamentos, que melhorarão de forma sistêmica o tratamento de pacientes com Covid-19", disse ela.

As ações começaram no mês de março, diante da crise social e no sistema de saúde ocasionada pela segunda onda da pandemia do Novo Coronavírus, gestores municipais, autoridades de saúde e de **segurança pública** se reuniram para estabelecimento de novas medidas em Arari. Na prefeitura Rui Filho convocou reunião, em caráter de urgência, com participação da secretária municipal de Saúde, Rosário Abas, coordenadores da Atenção Primária, da Vigilância em Saúde e da Vigilância Sanitária. O evento teve também participação do Comitê da Covid-19 em Arari, para acordarem atualização das normas municipais.

Com o bloqueio total das atividades em Arari, o toque de recolher, será uma das medidas válidas durante o período de restrições. De segunda a sábado, a partir das 21h até 4 horas de segunda-feira estará proibido a circulação de pessoas, bem como a suspensão de todas as atividades comerciais e prestação de serviços, inclusive delivery e drive thru. A suspensão terá validade durante 15 dias conforme o decreto publicado.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.369.orig.pdf>**

# Indiano é internado com Covid-19: homem é tripulante de um navio que está em quarentena no litoral

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/17/TVMIRANTESOL>**

**UIZAFGLOBOMA-07.20.24-07.30.17-1621247859.mp4**